

Deputados admitem erro na votação da semana inglesa

João Carlos Henriques

A votação do projeto da semana inglesa, em regime de urgência, impediu que esse tema fosse amplamente debatido com a sociedade. Essa é a opinião da maioria absoluta dos deputados distritais que aprovaram o projeto do deputado Cláudio Monteiro (PRP) que modifica o horário de funcionamento do comércio. Até mesmo a bancada do PT na Câmara, que apóia incondicionalmente a semana inglesa, se posiciona contra a apreciação de projetos importantes em regime de urgência.

“A votação em regime de urgência prejudica o debate com a sociedade”, sustenta a líder do PT na Câmara, deputada Lúcia Carvalho. “Acho que as partes não foram devidamente ouvidas”, lamenta o petista Wasny de Roure, acrescentando que defende a necessidade do “aprofundamento das discussões”.

O líder do governo, Maurílio Silva (PTR), disse que “a urgência prejudicou muito”. Ele entende que faltou ser ouvida, na discussão desse tema, o que ele classificou de “peça fundamental”, o consumidor. “Só ouvimos os comerciantes e os comerciantes”, admitiu Maurílio.

Demissões

De acordo com Maurílio Silva, “o ideal seria a realização de um plebiscito para que a população do DF pudesse decidir”. Para ele, mesmo com a aprovação do projeto, ainda é possível a consulta popular. Maurílio teme que a Câmara Legislativa possa até mesmo vir a ser responsabilizada por possíveis demissões de comerciantes em função da mudança no horário de funcionamento do comércio. “Isso me preocupa”, admite.

A exemplo de Maurílio, o deputado Jorge Cauhy (PL) também teme que a Câmara Legislativa seja responsabilizada. O temor de Cauhy, entretanto, não se refere ao fato da aprovação do projeto, mas à possibilidade de o Sindicato dos Empregados do Comércio Varejista não negociar com os empresários, como prevê o artigo quarto do projeto, segundo o qual o comércio poderá funcionar em outros horários, desde que haja negociação entre as partes.

Cauhy

Questionado sobre o motivo que o levou a votar a favor da aprovação da semana inglesa, se sempre manifestou-se contrário a esse regime, Cauhy vacilou para responder. Acabou afirmando que não foi pela pressão dos comerciantes que lotaram a galeria ao lado do plenário na hora da votação (veja

Dida Sampaio



Vendedores serão prejudicados

“Presidente só quer promoção”

Os empregados do comércio do Distrito Federal acusam o presidente do Sindicato dos Comerciantes, Raimundo Neves, de utilizar a entidade para se promover politicamente, através da implantação da semana inglesa. Os funcionários dizem que os 18 mil sindicalizados representam apenas 30% do total de 60 mil comerciantes de Brasília. Eles garantem que mesmo aqueles que participam das atividades promovidas pelo Sindicato não possuem idéias em comum sobre o assunto.

Outra dificuldade observada pelos empregados está no afastamento da realidade, vivida pela categoria. Em geral, o cálculo dos seus salários é feito de acordo com as vendas efetuadas.

Severino Silva afirma que das suas vendas mensais, 30% são realizadas aos sábados no período da tarde. “O dinheiro que recebo por elas vai fazer muita falta no final do mês”, reclama.

Comerciantes das lojas da SCLN 107 também estão insatisfeitos. Maria da Saúde Vieira de Sousa recebe aproximadamente Cr\$ 40 mil mensais pelas vendas que realiza. Com a redução de seu horário de trabalho aos sábados, este valor deverá cair para Cr\$ 20 mil: “O Sindicato está querendo fazer barulho, pois não existe exploração dos pequenos empresários. Quem explora são os grandes patrões”, definiu.

Apesar de a maioria demonstrar oposição ao projeto, alguns funcionários são favoráveis à mudança de horário. É o caso de Rejane Castilho, ao acreditar que seus clientes escolherão outro dia para fazer suas compras, mas defende sua teoria com uma condição: “Os shoppings também deverão ser fechados”.

Márcio Batista 25/01/91



Cauhy votou a favor, sendo contra. Lúcia aponta falta de debate

matéria ao lado). “Votei a favor porque fiz um acordo com outros deputados, como o Aroldo Satake (PDS), Maurílio Silva (PTR) e Tadeu Roriz (PSC), no sentido de que aprovássemos o projeto no primeiro turno e no segundo turno com emendas possibilitando a abertura do comércio em outros horários”, explicou Cauhy.

Jorge Cauhy reiterou ontem que continua “radicalmente contra a semana inglesa”. Ele acredita que de fato ocorrerão demissões de comerciantes. “Tudo vai depender da capacidade de negociação dos comerciantes, pois o moço que preside esse sindicato é complicado”, disse ele, referindo-se a Raimundo Neves.

A maioria dos deputados, entretanto, discorda de Cauhy. “A ameaça de demissões é um blefe”, garante Lúcia Carvalho, acrescentando que não passa de “pressão para que o governador vete o projeto”. A líder petista lembra que o artigo quarto possibilita a negociação. “Será que os patrões não estão dispostos a negociar e a pagar hora extra?”, questiona Lúcia.

Negociação

A líder do PT sugere que, antes de se criticar a semana inglesa, a população experimente este novo horário do comércio. “Gostaria que os críticos se colocassem na posição dos comerciantes antes de se manifestarem contra”, afirmou ela, acrescentando que os editorialistas

Valdir Messias 28/12/90



de todos os jornais que criticaram a semana inglesa não levaram em consideração o artigo quarto, que possibilita a negociação.

O deputado Benício Tavares (PDT), que apóia a semana inglesa, acredita que o bom-senso vai prevalecer e que comerciantes e comerciantes, principalmente dos shoppings e supermercados, farão acordo para que o comércio fique aberto até as 18h00 dos sábados. Essa também é a opinião de Maurílio Silva.

O deputado petista Eurípedes Camargo, que também acredita na possibilidade de acordo entre patrões e empregados, descarta a hipótese de demissões. “Entendo as demissões como chantagem dos empresários”, disse. A semana inglesa, em sua opinião, não vai diminuir o consumo. “A semana inglesa não diminui o poder aquisitivo dos consumidores e o que acontecerá é um fluxo maior de consumo em outros horários”, avalia Eurípedes.

O autor do projeto, Cláudio Monteiro, disse que não teme a possibilidade de a Câmara vir a ser responsabilizada pelas demissões. “Se houver demissão não será em virtude do projeto, mas de se cumprir uma ameaça feita por alguns comerciantes, já que o projeto abre a possibilidade de negociação e é possível se fazer até uma semana japonesa, com o comércio aberto 24 horas por dia”, afirmou Monteiro.

Turismo fica prejudicado

O coordenador de Desenvolvimento de Programas Comerciais da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, João Scarano, afirmou que as feiras e os vendedores ambulantes serão beneficiados, mas o turismo será prejudicado com a implantação da semana inglesa. Para ele, Brasília torna-se uma cidade-fantasma nos finais de semana e o fechamento das lojas aos sábados à tarde reforçará esta condição.

Scarano acredita que a proposta da Secretaria de intensificar o turismo, principalmente através da utilização do Pavilhão do Parque da Cidade, poderá ser alterado já que as pessoas que vierem a Brasília para participar de feiras, ex-

posições e convenções terão suas possibilidades de lazer bastante limitadas.

O coordenador não é favorável à abertura do comércio aos domingos, mas acredita em alguma flexibilidade para evitar prejuízos aos turistas. “Se na prática a semana inglesa for muito rigorosa, o turismo passará por um período bastante difícil”, definiu.

A diretora do Detur, Maria Eulália Franco, não pretende se manifestar sobre o assunto até que conheça o projeto, já aprovado em dois turnos pela Câmara Legislativa. Ela considera também que o consumidor deve ser ouvido antes que a idéia seja colocada em prática.

Lobby bem feito altera resultado

Na última segunda-feira a Câmara Legislativa aprovou, por unanimidade, o projeto da semana inglesa em primeiro turno. Durante a votação, deputados que se posicionavam contra a semana inglesa acabaram cedendo a pressão psicológica feita por duas centenas de comerciantes. A sessão foi longa, ultrapassando as cinco horas de votação.

A campanha teve que ser acionada diversas vezes pelo presidente da Câmara, Salviano Guimarães, devido a diversos tumultos e interrupções. Jorge Cauhy chegou a se pronunciar e gravar entrevistas dizendo que votaria contra o projeto e faria uma declaração de voto explicando os motivos que o levaram a ser contra a semana inglesa. Acabou votando a favor do projeto.

O mesmo aconteceu com o deputado Padre Jonas (PDT), que estava encarregado de relatar a semana inglesa na Comissão de Constituição e Justiça. “Sou contra a semana inglesa”, disse ele. Votou a favor.

“O lobby é positivo e levou pessoas a mudarem o seu voto”, garante Lúcia Carvalho. Lúcia assegura, contudo, que se o lobby for patronal, a bancada do PT não vai se curvar (J.C.H.).

Veto dependerá da Constituição

O governador Joaquim Roriz afirmou ontem, durante audiência que concedeu aos empresários Joel Campanatti, superintendente de Parkshopping; Sérgio Andrade Carvalho, superintendente da Ancar S.A., e José Isaac Peres, do Grupo Multiplan, que não pretende entrar em confronto com o Poder Legislativo, dando a entender que só vetará o projeto da semana inglesa se ele for inconstitucional.

Roriz explicou aos representantes do setor que está aguardando o parecer jurídico da Procuradoria do GDF. “Se não tiver ilegalidade não poderei vetar o projeto”, tema afirmado Roriz ao grupo.

O governador manifestou, contudo, sua preocupação com a possibilidade de demissões de comerciantes. Ele disse ainda que teme que a lei da semana inglesa represente um obstáculo para a vinda de novas empresas para o DF, sugerindo aos empresários que apresentem contribuições para evitar o desemprego. (J.C.H.).

Consumidor não terá segurança

A possibilidade de abrir as lojas das quadras até às 22h00, de acordo com o projeto de implantação da semana inglesa, não está atraindo os empresários que duvidam que o consumidor saia de casa, à noite, para fazer compras. Além disso, as empresas questionam a proteção das quadras, que, após as 20h00, estão desprovidas de segurança adequada.

O empresário Cristus Nicolas afirmou que a abertura das lojas à noite não obteve bons resultados no período do Natal e, “dificilmente, terá a adesão do consumidor brasileiro em outros meses menos favoráveis”. Para ele, uma das alternativas seria a semana inglesa aplicada às segundas-feiras, ou seja, o comércio funcionaria no sábado à tarde, mas só reabriria às 13h00 de segunda-feira.

A lojista Olga Mendonça dos Santos não acredita em possíveis demissões, mas garante que não pretende abrir sua loja por apenas três horas aos finais de semana. Segundo Olga, 70% do total de suas vendas mensais são efetuadas nas tardes de sábado.

Alguns empresários explicam que o prejuízo mais significativo atingirá os próprios funcionários, que, certamente, terão seus salários reduzidos. Silvani Diniz garante que uma das consequências imediatas será a insatisfação da categoria, reduzindo a qualidade do atendimento.

AGENDA

DO GOVERNADOR

8h00 — Despacho com o chefe do Gabinete Civil, José Roberto Arruda.
Local: Palácio do Buriti.

9h00 — Despacho com o chefe do Gabinete Militar, coronel PM Lauro Silvestre de Freitas.
Local: Palácio do Buriti.

10h30 — Comparece a assinatura de convênio entre o Ministério da Educação e os sindicatos da Indústria de Construção Civil do DF e dos Trabalhadores da Construção Civil e Imobiliária de Brasília.
Local: SAI Sudeste, Lote 15 — em frente à Embaixada dos Estados Unidos.

17h30 — Inauguração da agência do Banco de Brasília — BRB.
Local: C.S.D. 06, Lotes 38 a 40, Taguatinga Sul.